

MARIA ANGÉLICA BORGES

A ATUALIDADE DA OBRA DE MARX *O CAPITAL* PARA O
ENTENDIMENTO DO SER SOCIAL:
UMA VISÃO DE MUNDO ONTOLÓGICA

Recebido em 25/06/2021

Aprovado em 01/09/2021

A ATUALIDADE DA OBRA DE MARX O CAPITAL PARA O ENTENDIMENTO DO SER SOCIAL: UMA VISÃO DE MUNDO ONTOLÓGICA

Para onde vai o capital, o conflito vai atrás.

Beverly J. Silver

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as inflexões ontológicas na obra de Karl Marx por meio da análise do filósofo György Lukács e demonstrar a unidade de pensamento ao longo do amadurecimento das reflexões do pensador tedesco. A análise lukacsiana aparece neste texto como elucidação do rico debate do século passado sobre o jovem Marx e sua fase madura. As mediações da dialética da particularidade, tema tão presente na escola de Budapeste, com a liderança de Lukács, revelam a importância da concreção da análise a partir da totalidade do ser social. Visitar este tema é propor ir além do economicismo.

Palavras-chave: ontologia; economia política crítica; filosofia; dialética materialista.

MARIA ANGÉLICA
BORGES

Professora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: angelica@pucsp.br

ORCID: [https://orcid.org/
0000-0001-6776-6674](https://orcid.org/0000-0001-6776-6674)

Abstract

The objective of this article is to analyze the ontological inflections in the work of Karl Marx through the analysis of the philosopher György Lukács and to demonstrate the unity of thought throughout the maturing of the reflections of the Germanic thinker. The Lukacsian analysis appears in this text as an elucidation of the rich debate of the last century about the young Marx and his mature phase. The mediations of the dialectic of particularity, a theme so present in the school of Budapest with the leadership of Lukács, reveal the importance of concretizing analysis from the totality of the social being. To visit this theme is to propose to go beyond economism.

Keywords: ontology; critical political economy; philosophy; dialectical materialism.

JEL B34

I. Introdução

O presente texto traduz o amadurecimento de décadas de pesquisa e produção teórica sobre o pensamento de Karl Marx. Já na graduação o fascínio por este autor se tornou uma presença marcante, não só na minha formação intelectual, mas nos corações e mentes de toda uma geração. Motivada pelas angústias do século XXI retomei o tema para contribuir para o debate atual, no qual as questões metodológicas, mais do que nunca, aparecem como caminho para dirimir os problemas das crises contemporâneas. O texto começou a ser redigido inspirado pelo aniversário comemorativo dos 150 anos da primeira edição d' *O capital* de Karl Marx. E a XVIII Semana de Economia em 2020 foi responsável pelo desejo de veiculá-lo junto aos meus alunos e colegas e trazê-lo a público. *O capital* de Karl Marx foi publicado pela primeira vez em 1867. Diante desta obra seu criador considerou toda a sua trajetória anterior uma preparação para aquele momento e elegeu-a sua principal obra. Mergulhar nas suas páginas é uma experiência única, fascinante, que só os grandes autores causam ao leitor. O seu método de exposição não está colado ao seu método de investigação, como ele mesmo registrou na Introdução Metodológica de 1857, abandonada por ele e registrada no Prefácio de 1859 (MARX, 1990). Ele inicia pela mercadoria e nos brinda com a dialética do universal, particular e singular em toda sua densidade. O autor não facilita a leitura de sua obra, nem seria possível diante da forma rigorosa como trata os temas estudados. Mas o desafio compensa, pois estamos diante do desvelamento dos segredos da dominação capitalista e a possibilidade de sua superação.

2. Ontologia e ser social

Para demonstrar a atualidade da obra *O capital* deve-se iniciar pelas indicações que o próprio Marx sinalizou à sua produção teórica e pelos passos para a sua construção. No prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859¹, lê-se o relato de seu itinerário intelectual e revolucionário,

¹ Ver Marx (1982).

que culminaria com a apresentação do Livro I de sua obra magna em 25 de julho de 1867. Oito anos antes de vir à luz sua obra magistral, o pensador alemão revelava o seu amadurecimento teórico. Deixou bem claras sua posição e sua angulação de classe focadas na luta dos trabalhadores. E, quando apresentou *O capital*, registrou logo no início: “A obra, cujo primeiro volume apresento ao público, é a continuação do meu escrito *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859” (MARX, 2013, p. 77).

Em suas notas biográficas sobre Marx, Lênin registrou, entre outros tantos escritos, a importância de *Contribuição à crítica da economia política* e de *O capital*:

Quando eclodiu a Revolução de Fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Regressou novamente a Paris, que deixou depois da Revolução de Março para voltar à Alemanha e fixar-se em Colônia. Foi aí que apareceu, de 1º de junho de 1848 até 19 de maio de 1849, a *Nova Gazeta Renana*, de que Marx foi o redator-chefe. [...] A contrarrevolução vitoriosa arrastou Marx ao tribunal [...] e depois expulsou-o da Alemanha. [...] Voltou então para Paris, de onde foi igualmente expulso [...] e partiu para Londres, onde viveu até o fim de seus dias... Marx e a família viviam literalmente esmagados pela miséria; sem o apoio financeiro constante e dedicado de Engels, Marx não só não teria podido acabar *O Capital*, como teria fatalmente sucumbido à miséria. Além disso, as doutrinas e as correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não-proletário em geral, obrigavam Marx a sustentar uma luta implacável, incessante e, por vezes, a defender-se mesmo dos ataques pessoais mais furiosos e mais absurdos. [...] Marx desenvolveu numa série de trabalhos históricos a sua teoria materialista, dedicando-se sobretudo ao estudo da economia política. Revolucionou esta ciência nas suas obras *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867). (LÊNIN, 1979, pp. 5-6)

O economista e filósofo imprimiu sua visão de mundo nos diferentes prefácios e posfácios às várias edições: primeira edição de 1867, prefácio da edição francesa de 1872, posfácio da segunda edição de 1873, posfácio da edição francesa de 1875. Registrou que “na medida em que as circunstâncias o permitiram, pontos que antes eram apenas indicados foram desenvolvidos, ao

passo que, inversamente, aspectos que lá foram desenvolvidos em detalhes são aqui apenas indicados” (MARX, 2013, p. 77).

A postura ontológica² perpassa os três tomos do livro *O capital*, sustentada na dialética materialista. Já no primeiro capítulo do livro I, está estampada a viagem do universal, particular e singular na equação das trocas. São as formas simples ou acidental, a mediação da forma relativa, chegando ao equivalente geral na sua complexidade, na qual a forma mais evoluída decifra a forma mais elementar, fortuita: “A forma de equivalente é uma forma do valor em geral e pode, portanto, expressar-se em qualquer mercadoria” (MARX, 2013, p. 144).

Olhar para os escritos marxianos de maneira ontológica é reconhecer o ser social a partir da sua inteiração nas formas particulares dos momentos inorgânico, orgânico e social. É colocar o dedo no momento separatório do homem com a natureza no salto ontológico representado pelo recuo da barreira natural, que se dá na passagem do ser natural³ para o ser social, pois, “um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e [...] esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

² György Lukács, considerado por muitos o maior filósofo marxista do século passado, investiga a determinação histórica do ser social na concretude da produção e reprodução da sociedade. Seu itinerário é um caminho até Marx e funda sua obra nos princípios ontológicos do entendimento do ser na sua totalidade. O filósofo húngaro, entre outras frentes na práxis de sua luta cotidiana, resgata Marx. Trava, também, um embate contra o neopositivismo e o estalinismo e redige seus escritos ensinando a ler Marx na sua trajetória de amadurecimento, sem rupturas entre o pensador jovem e o maduro. Sem divisões de duas fases: uma filosófica e outra economista. O resultado desta longa estrada é a sua ontologia do ser social. Lendo suas páginas encontra-se uma bússola para analisar os pores teleológicos presentes na análise da contribuição crítica da economia política. Ver Lukács (2010; 2013).

³ Lukács nos lembra, na sua discussão sobre o trabalho, que devemos entender, no âmbito da dialética de cunho materialista, o “recuo da barreira natural” como a linha de desenvolvimento social. E, sobre este ponto, ele nos alerta de que não é possível retornar às experiências que deram origem ao início desse recuo a partir do salto ontológico. Não podemos ter conhecimento direto e preciso de tal transformação – da transformação do ser orgânico em ser social –, pois, segundo o autor, “tornou-se claro, que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente ‘deduzida’ da forma mais simples” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

O salto não pode ser deduzido no plano lógico, como uma experiência — sempre restará o salto —, pois o nosso conhecimento é um conhecimento *post festum*. Seguindo-se a análise dialética caminha-se do complexo ao simples. Por exemplo: é a anatomia do homem que fornece a chave para a explicação da anatomia do macaco. É desta forma que um estágio mais primitivo pode ser conhecido, através das suas linhas de tendência e evolução.

Outro ponto importante a ser lembrado nessa discussão é que o “recoo da barreira natural” não significa chegar a uma ruptura com o ser natural. O ser social pressupõe o ser natural, assim como vive em contínua interação com este — considerado o seu corpo inorgânico; logo, este recoo traduz-se como linha de desenvolvimento social. O homem torna-se cada vez mais natural, socializando as forças da natureza, humanizando-a, tornando-a cada vez mais a extensão do seu braço. A passagem de uma forma específica de ser para a outra está cada vez mais sendo elucidada pela própria ciência. A sociedade se naturaliza e a natureza se socializa. O sujeito objetiva-se e o objeto torna-se socializado nos pores teleológicos.

3. Pores teleológicos

Na visão ontológica a análise deriva dos pores teleológicos primários⁴, na sua relação com a natureza e os outros homens por meio da cooperação e da divisão do trabalho, e dos pores teleológicos secundários⁵, que expressam as relações dos homens em sociedade, nas formas de dominação e reprodução dos mecanismos de poder. Os pores teleológicos são as posições da

⁴ Neste texto está sendo utilizada a terminologia pôr teleológico em vez de posição teleológica, acompanhando a tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento, com a supervisão editorial de Ester Vaisman, para a Boitempo Editorial na publicação de *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*, e a tradução de Nélío Schneider (com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes) na edição de *Para uma ontologia do ser social II*, também para a Boitempo Editorial. Ver Lukács (2010; 2013).

⁵ Ver Lukács (1978). “Os pores práticos mediados, muitas vezes mediados de uma forma bastante complexa [...], visam a influenciar outras pessoas [...]. Nesse caso o ‘material’ do pôr do fim é o homem, do qual se pretende que ele tome uma decisão alternativa” (LUKÁCS, 2013, p. 358).

finalidade das ações humanas. Os homens agem de forma interessada para produzir e reproduzir a sua existência. É preciso ter em conta, com relação a estas posições, suas especificidades. Estas se põem tanto no plano da estrutura produtiva como também por meio da influência que exercem sobre o sujeito que trabalha.

Com relação à sua estrutura, a produção da vida, parte-se aqui do pressuposto de que os pores teleológicos têm a mesma estrutura e dinâmica, ou seja, uma estrutura única, porém, realizam finalidades distintas. Indicar os pores teleológicos é referir-se ao momento da realização dos projetos humanos, pois o que não se realiza no plano do ser social e que permanece ainda no nível do desejo – de uma vontade não efetivada –, que guarda no máximo uma relação de espelhamento com a realidade, de reflexo somente, não pode ser identificado como ato teleológico.

Os pores teleológicos primários destinam-se ao intercâmbio dos homens com a natureza. “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255).

Nos pores teleológicos secundários, os agentes estão direcionados à consciência de outros homens; são atitudes práticas, mediações produzidas pela divisão do trabalho, que consubstanciam um caráter teleológico-causal.

Os pores teleológicos primários diferem-se dos pores secundários: as finalidades dos primeiros visam diretamente a um caso concreto da troca orgânica da sociedade com a natureza; os secundários tendem a influir sobre outros homens de forma ampliada, de modo que eles cumpram por si só os atos do trabalho desejados pela posição do agente produtivo. “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe” (MARX, 2013, p. 255).

Nos capítulos sobre a cooperação e a manufatura enxergam-se as posições da finalidade. Quando os atores do processo produtivo agem de forma combinada, aumentam a produtividade e atingem o fim proposto de forma

ampliada. A cooperação é “a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos” (MARX, 2013, p. 400).

A forma clássica da cooperação e da divisão do trabalho é a manufatura:

A cooperação fundada na divisão do trabalho assume a forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço de século XVIII. (MARX, 2013, p. 411)

Os pores teleológicos primários e secundários, presentes na divisão social do trabalho, concretizam a realização de um determinado fim e impulsionam os atos dos homens. Estimulam os sujeitos a atuar no mundo para obterem a posição da finalidade e sua função social concreta. Estamos diante das formas que viabilizam a acumulação capitalista. Trata-se das relações de trabalho, baseadas na compra e venda da força de trabalho, capital variável, por meio de um contrato, e das relações de produção, sustentadas na propriedade privada do capital, ou seja, meios e materiais de produção, formas do capital constante fixo e circulante⁶.

Complementariedade e exclusão estão presentes no modo de produção capitalista. A valorização do capital só se realiza na exploração da força de trabalho, pertencente ao trabalhador assalariado, que precisa vendê-la para obter o salário e garantir a sua sobrevivência.

O capital – e o capitalista não é mais do que o capital personificado, que funciona no processo de produção apenas como portador do capital –, logo, o capital durante o processo social de produção que lhe corresponde extrai determinada quantidade de mais-trabalho dos produtores diretos ou dos trabalhadores, mais-trabalho que o capitalista recebe sem equivalente e que, conforme sua essência, continua sempre a ser trabalho forçado, por mais que

⁶ Para as determinações do capital variável circulante e do capital constante fixo e circulante e suas diferenças de forma, ver *O capital*, livro II, capítulo 8 (MARX, 2014, p. 239).

possa aparecer como um resultado de um contrato livremente consentido. Esse mais-trabalho se apresenta num mais-valor, e esse mais-valor existe num mais-produto. (MARX, 2017, pp. 881-882)

As relações sociais provêm das necessidades dos homens, não simplesmente das necessidades universais, mas de desejos claros, particulares, que devem ser satisfeitos: por isso, são desejos que, junto às circunstâncias e aos meios concretos e possibilidades reais, põem a posição da finalidade. E a escolha de meios, assim como as formas de sua realização, tornam-se, ao mesmo tempo, possíveis e são delimitadas pelo todo circunstanciado.

O trabalho, enquanto ato teleológico que desencadeia séries causais, é uma resposta do ser social aos problemas que a realidade coloca ao homem. Logo, pode-se designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que consegue dar respostas aos problemas colocados pelo real.

O homem responde segundo as suas necessidades, seus carecimentos, colocados historicamente. Porém, perderíamos o essencial se colocássemos o problema tendo como pressuposto uma relação de forma imediata. Ao contrário, o ser social dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social – generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidade de satisfazê-los.

Portanto, é dentro desse processo que o ângulo da dialética materialista enxerga o trabalho como protoforma do homem – a partir de uma interação contínua com a natureza. Para ele, ao considerarmos a produção e reprodução da vida humana o problema central, aparece – tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. – a dupla determinação de uma base natural insuperável e de uma ininterrupta transformação social dessa base:

“O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é a condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural e eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico com o homem e a natureza,

ou seja, a vida dos homens”. Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação do ser social: ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos do trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha “utiliza as propriedades mecânicas físicas e químicas das coisas, de acordo com sua finalidade”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que as propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico. (LUKÁCS, 1979, p. 16)

Trata-se, agora, de concretizar a análise, enlaçando esses pressupostos com a teleologia e a causalidade. Todas as indicações acima se fizeram necessárias para que se pudesse explicitar os pontos nodais nos quais a análise marxiana e a lukacsiana baseiam suas colocações.

4. Teleologia e causalidade

Somente assim, os pores teleológicos podem tornar-se os condutores centrais do homem, no plano individual e genérico. É a forma como o homem se revela ser social distinto do ser natural. No capítulo V do livro I d’*O capital*, intitulado “O processo de trabalho e o processo de valorização”, tem-se os movimentos do processo de trabalho no plano universal e sua especificidade no processo de valorização do capital. A relação do homem com a natureza através do trabalho mostra os traços da produção em geral, uma abstração razoável, presente em todos os momentos, a partir dos seus traços mais gerais. Na particularidade da produção capitalista, este processo geral se torna circunstanciado ao processo de valorização do capital, universal determinado, portanto, particular, síntese do geral e do singular, logo, processo de valorização. Ou seja, processo de exploração do trabalhador,

através do consumo de sua força de trabalho e criação do mais-valor. No capítulo IV, “A transformação do dinheiro em capital”, lê-se: “O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor” (MARX, 2013, p. 250).

Aqui não tem importância decisiva a extensão da cadeia de mediações em cada caso concreto, pois o importante é que, a cada momento, os pores teleológicos voltem a direcionar a consciência de outro homem (ou mais homens) em uma determinada direção, querendo induzi-lo(s) a cumprir a posição desejada.

Neste caso, o meio não é homogêneo como no trabalho, em que a resultante é sempre a consciência do homem sobre a natureza, na qual só existem alternativas objetivas. É a consciência do agente captando a realidade objetiva corretamente ou não. Na posição da finalidade secundária, sua estrutura não homogênea aparece como um meio oscilante, não previsto. Pois, quanto menos direta for a ligação destas posições com o trabalho, que representa sua finalidade, tanto mais transparente aparecerá este seu caráter.

Logo, neste primeiro momento, frisa-se que qualquer que seja o grau de diversidade a que se pode chegar, não se exclui o elemento comum e decisivo; diz-se que, em ambos os casos, trata-se de pores teleológicos cujo êxito ou fracasso depende do conhecimento que o sujeito que age tenha das forças que devem ser movimentadas, da precisão com a qual o sujeito esteja em condições de manejar nas sequências causais nelas imanentes.

Tendo como pano de fundo o que foi exposto anteriormente, é necessário, também, esclarecer que, na base dos pores teleológicos, funcionam as escolhas dos homens, e que explicam a dialética entre liberdade e necessidade. Este tema acompanha o pensamento filosófico e a pena marxiana avançou na sua elucidação, como enfatizou Lukács.

Enfim, fundamentalmente para o trabalho, é que nele, não apenas os movimentos, mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por

finalidades determinadas previamente, visto que todo movimento é submetido a um dever-ser.

Contrariamente às posturas que se utilizam dos métodos gnosiológico-lógicos, aqui se busca uma ontologia do ser social a partir do sujeito que põe; procuramos entender o processo global do trabalho e os pores teleológicos, vistos como o momento ideal, prévia-ideação da consciência.

O sujeito que põe realiza os pores teleológicos, mas sem poder ver todos os condicionamentos da própria atividade e seus desdobramentos. Há várias ocasiões nas quais é inegável que os homens ajam, mesmo que eles tenham consciência de que não controlam senão uma pequena parte das circunstâncias. Mesmo assim, eles contam com a possibilidade de realizar suas atividades, já que o carecimento existe objetivamente e tem de ser satisfeito – e o trabalho cria as possibilidades de sua efetivação –, pois o trabalho é um ato consciente de pôr e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto – ainda que nunca perfeito – dos fins e dos meios de seu próprio processo.

5. Liberdade e necessidade

Na obra *O capital*, a clássica discussão ontológica da liberdade como consciência da necessidade aparece ao longo de suas páginas de forma rica e profunda. O homem que trabalha e age na sociedade viabilizando os seus projetos o faz em condições dadas, porém diante de um leque de alternativas, nas quais se realizará a sua escolha. A liberdade se viabiliza dentro de possibilidades dadas e limitadas. Não é uma escolha infinita e absoluta, mas sim relativizada. Porém, é preciso decidir entre as alternativas. É a existência de alternativas que podem gerar uma escolha que constitui a liberdade. E a consciência é a prévia-ideação desta escolha.

No capítulo II, “O processo de troca”, lê-se nas linhas escritas por Karl Marx sobre os caminhos do agir interessado dos homens exercendo suas escolhas diante de suas necessidades:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiães, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiães têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de tal modo que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. (MARX, 2013, p. 159)

Os homens fazem as suas escolhas. Os mercadores têm que decidir ir ao mercado vender as suas mercadorias, assim como os produtores têm que decidir produzir as mercadorias e aliená-las.

Na discussão das especificidades dos pores teleológicos, temos de levar em consideração que as relações econômicas são relações sociais, produto do trabalho, portanto, mediadas pela consciência. O filósofo húngaro lembra que:

[...] o ser social em seu conjunto é construído de modo ontologicamente unitário. Não é possível sustentar uma bipartição em esferas estritamente antagônicas em termos estruturais e dinâmicos quando se pensa até as últimas consequências a realidade e sua concepção dialética marxiana. Mesmo que se quisesse vislumbrar no metabolismo com a natureza, de um lado, e na práxis exclusivamente intrassocial, de outro, princípios absolutamente contrastantes, não se chegaria a nenhum resultado satisfatório. (LUKÁCS, 2013, p. 383)

Portanto, “os pores teleológicos que surgem com o trabalho e dele brotam são, por isso mesmo, componentes fundamentais do ser social humano”, mas “este como um todo é tão multifacetado e está tão inseparavelmente ligado com sua existência física e sua reprodução que uma bipartição absoluta deve parecer impossível” (LUKÁCS, 2013, p. 384).

No livro III, no capítulo 48, “A fórmula trinitária”, o escritor nascido na Alemanha Renana oferece as mediações da passagem do reino da necessidade

para o reino da liberdade, explicitando a relação dialética da passagem de uma forma à outra: “O reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção propriamente dita” (MARX, 2017, pp. 883-884)⁷.

6. Aparência e essência

Diante disso, vendo o real caráter dos pores teleológicos, da sua estrutura e dinâmica, na sua função enquanto momento da prévia-ideação do mundo social do homem, tem-se que o ser social desencadeia essas posições a partir da realidade. E, num primeiro momento, o que se apresenta para a sua ação é a realidade imediata. Mas tanto a aparência como a essência do ser social, assim como a aparência e a essência da sua relação com o ser natural, ou seja, a aparência e a essência do mundo dos homens e da sua interação com a natureza, são fundamentais para a ação humana. Por isso, fenômeno e essência, no ser social, assumem uma peculiaridade com relação ao ser natural. No livro *O capital*, são abundantes os momentos deste outro par dialético. No livro III, no capítulo 48, “A fórmula trinitária”, está escrito que “Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p. 880).

A realidade imediata, que é o mundo fenomênico dos homens, constitui o lócus no qual acontecem geralmente os pores teleológicos. É o terreno para os agentes criarem alternativas. Logo, entender em detalhes o caráter das posições da finalidade no mundo dos homens é pesquisar as

⁷ “Do mesmo modo que o selvagem precisa lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para conservar e reproduzir a sua vida, também tem de fazê-lo o civilizado – e tem de fazê-lo em todas as formas da sociedade e sob todos os modos possíveis de produção. À medida de seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, porquanto se multiplicam as necessidades; ao mesmo tempo, aumentam as forças produtivas que as satisfazem. Aqui, a liberdade não pode ser mais do que o fato de que o homem civilizado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade” (MARX, 2017, p. 883). Além dele é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição básica.

várias mediações e ver mais de perto esse processo de os indivíduos colocarem em ação as suas ideias, seus projetos e de como fenômeno e essência interligam-se a tudo isso.

O mundo fenomênico do ser social constitui o fator pelo qual é posto em movimento a maior parte das decisões teleológicas. Ou seja: o mundo fenomênico determina, no imediato, sua constituição e desenvolvimento, participando de forma decisiva na dialética objetiva de fenômeno e essência. Só que este mundo fenomênico não é idêntico à essência e coloca, consequentemente, tarefas para o pensamento científico.

A apreensão da essência demanda possibilidades revolucionárias, compromisso histórico com a transformação da história. Marx, na sua análise sobre a economia capitalista, tornou transparente, por exemplo, o fetiche da mercadoria, do capital monetário, do capital portador de juros, do capital fictício, entre outros aspectos deste sistema. Não se deteve na aparência dos fenômenos econômicos. Foi além da fábrica de ilusões de que o mercado entrega igualdade, liberdade e fraternidade, mostrando, desde a transição no período mercantilista até a consolidação da indústria moderna, a continuação das desigualdades, da opressão e o Estado como comitê executivo das classes dominantes.

O autor levou em consideração a gênese da estrutura do objeto investigado contrapondo fenômeno e essência. Tal postura fica evidente na seguinte reflexão:

O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. (MARX, 2013, p. 154)

A análise marxiana, em última instância, desvenda o real caráter, a essência do modo de produção capitalista, colocando a nu todo o sistema através da teoria do mais-valor:

Da transformação da taxa de mais-valor em lucro deve ser derivada a transformação do mais-valor em lucro, e não o inverso. Com efeito, é da taxa de lucro que se parte historicamente. Mais-valor e taxa de mais-valor são, relativamente, o invisível e o essencial a serem investigados, ao passo que a taxa de lucro, assim, a forma do mais-valor como lucro são fenômenos superficiais. (MARX, 2017, pp. 68-69)

Aqui a produção é a esfera específica da essência, sem, contudo, cair no determinismo econômico. Ao contrário, mostrando a determinação do econômico na sua real dimensão, ou seja, considerando a economia a esfera ontológica específica da essência e determinando a fundo outras esferas e com estas tendo uma relação de real interação. Isto vale antes de tudo para o mundo fenomênico. Esta problemática coloca na ordem desta discussão a relação entre a economia e a superestrutura.

Procurando encarar mais de perto este complexo que envolve fenômeno e essência, sua dialética, assim como a sua relação com os pores teleológicos e com a realidade como um todo, recorre-se, mais uma vez, às palavras de Lukács, nas suas reflexões críticas que dizem respeito à economia, aos pores teleológicos e ao complexo fenômeno e essência, por ocasião da sua análise crítica das colocações hegelianas:

Se quisermos apreender na economia a unidade e diversidade ontológicas corretas de cada fenômeno, temos de recorrer, com uma postura ontológica-crítica, ao tratamento que Hegel deu a esse complexo de problemas. Já na “Propedêutica filosófica”, escrita num período relativamente precoce, Hegel determina o fenômeno como algo que “não existe em si e para si, mas está fundado em um outro”. E acrescenta de imediato como determinação decisiva da relação entre essência e fenômeno: “A essência *deve* aparecer”. Desse modo, por um lado a essência apareceu ontologicamente como momento predominante na interação e, por outro, a relação igualmente ontológica entre ambos é concretizada no fato de que o fenômeno tem de

brotar necessariamente do ser da essência. Essa unidade dinâmica das duas baseia-se [...] no fato de que a unidade de ambas no âmbito do ser social está fundada no surgimento delas a partir de pores ontológicos, e isso de tal maneira que, em cada um dos pores singulares da esfera econômica, essência e fenômeno são postos simultaneamente de modo objetivo; uma diferenciação mais clara só aflora quando as cadeias postas em movimento se desenvolvem como complexos do ser separados uns dos outros dotados de fisionomias específicas e, em caso de continuidade da interação permanente, se destacam – de modo imediato, relativo – uma das outras. (LUKÁCS, 2013, p. 385, grifo no original)⁸

Ao longo do pensamento humano até os contemporâneos, a pesquisa científica indaga acerca da possibilidade efetiva do conhecimento. No livro *O capital*, são inúmeras as passagens que contribuem para a corroboração desta possibilidade. Como já foi indicado neste texto, o capital portador de juros é rico nas sinalizações que demonstram como é essencial ir além dos dados empíricos na busca das causas da substantivação dos juros como forma autônoma de remuneração: “Sob a forma do capital portador de juros, isso aparece de maneira direta, sem a mediação do processo de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento” (MARX, 2017, pp. 441-442).

Portanto, “produz-se em toda a sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento”. No entanto, o mestre da visão crítica do capitalismo deixa claro que “os juros são somente uma parte do lucro, isto é, do mais-valor que o capitalista ativo arranca do trabalhador”. E mais: “Agora os juros aparecem, ao contrário, como verdadeiro fruto de capital, como o originário, ao passo que o lucro, transfigurado em ganho empresarial, aparece como simples acessório e ingrediente adicionado no processo de reprodução” (MARX, 2017, p. 442).

⁸ “Hegel determinou de modo genial os traços mais gerais dessa divergência no interior de um com pertencimento último, mesmo que uma ontologia da dialética materialista tenha de proceder a algumas correções concretizadoras em suas determinações” (LUKÁCS, 2013, p. 385).

Aqui se completa a forma fetichista do capital e a ideia do fetichismo do capital.

Em D-D', temos a forma mais sem conceito do capital, a inversão e a coisificação das relações de produção elevadas à máxima potência: a forma simples do capital, como capital portador de juros, na qual ele é pressuposto a seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro ou, conforme o caso, da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independente da reprodução – eis a mistificação capitalista na sua forma mais acabada. (MARX, 2017, p. 442)

Lukács mostra-nos como Marx elucidou uma questão milenar colocada pela filosofia avançando na síntese da dialética da particularidade, revelando as causas que explicam a essência dos fenômenos, para além da sua nuvem mistificadora. Também alerta que, na base do pensamento marxiano, está o trabalho; em todas as suas dimensões (não só o trabalho intelectual), este se põe como protoforma do ser social.

Portanto, o trabalho se apresenta como um por teleológico que, a partir da realidade, desencadeia leis causais. O ato do trabalho – como já foi visto em vários momentos neste texto – propicia ao ser social *ir além* da barreira natural que lhe dá origem. Esse recuo da barreira natural cria o desenvolvimento social, colocando, a seguir, sucessivamente, uma nova aparência, que tem como pressuposto o momento anterior – gerando um movimento sucessivo de aparência e essência – que historicamente espelha o desenvolvimento social. Sendo que, a cada momento, o que constitui a aparência torna-se, no momento subsequente, essência.

Aparência e essência fazem parte da história processual do mundo no seu todo e sucedem-se ao longo desta mesma história, de forma dialética, jamais retilínea, conhecendo, inclusive, estagnações e retrocessos. Mas o que aparece tem como pressuposto a sua história, que é a sua essência, que fez e faz parte da sua constituição.

A forma que aparece traz consigo a história da sua gênese, e mesmo que as formas mudem (e elas mudam), é uma mudança na duração. Pois ser algo é,

em última instância, ir sendo a forma durando-mudando. Isto é, como diz Goethe, citado por Lukács, a “*duração na mudança*” (LUKÁCS, 2013, p. 392, grifos nossos)⁹. Aqui ilumina-se a rica discussão de Marx sobre o ciclo global do capital industrial. As metamorfoses do capital monetário, produtivo e mercadoria traduzem a marca do capital industrial, a sua continuidade.

Porém, continuidade e crise sucedem-se de forma cíclica e estrutural na vida do capital. Logo, somente a autonomia relativa de cada momento do ciclo poderá proporcionar a sua continuação. O demiurgo que possibilita esta permanência, sua duração na mudança, é o capital em alqueive ou o crédito, que permitirá ao capitalista industrial continuar produzindo sem ter vendido:

O verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os três ciclos. Mas ele só pode ser unidade na medida em que cada uma das distintas partes do capital possa percorrer sucessivamente as distintas fases do ciclo, passando de uma fase, de uma forma funcional, a outra, e que o capital industrial, como totalidade dessas partes, encontre-se simultaneamente nas diferentes fases e funções, percorrendo, assim, todos os três ciclos ao mesmo tempo. A sucessão das diferentes partes é, aqui, condicionada pela justaposição das partes, isto é, pela divisão do capital. Assim, no sistema fabril encadeado, o produto se apresenta nas diferentes fases de seu processo de formação de modo tão contínuo quanto na transição de uma fase de produção a outra [...]. Mas a justaposição, que condiciona a continuidade da produção, só existe por conta do movimento das partes do capital, no qual elas percorrem sucessivamente os diferentes estágios. A justaposição é, ela mesma, apenas o resultado da sucessão. (MARX, 2014, p. 182)

Mais adiante temos mais uma explicitação do mencionado neste texto com relação à continuidade e descontinuidade da acumulação capitalista, dentro do ciclo global do capital industrial, cuja permanência das metamorfoses das diferentes fases deve ocorrer de forma sucessiva:

⁹ Lukács alerta para as especificidades existentes com relação ao ser social, face ao ser da natureza. A relação entre a duração e a mudança na natureza difere da processualidade do ser social.

O processo só transcorre de modo inteiramente normal quando as relações de valor permanecem constantes; ele transcorre, de fato, enquanto as perturbações se nivelam na repetição do ciclo; quanto maiores as perturbações, maior é a quantidade de capital monetário que o capitalista industrial precisa possuir para poder aguardar até que a nivelação se produza; e como na continuidade da produção capitalista se amplia a escala de todo processo individual de produção e, com ela, a grandeza mínima do capital a ser desembolsado, essa circunstância se acrescenta a outras, que, cada vez mais, transformam a função do capitalista industrial num monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados. (MARX, 2014, p. 186)

Todos esses complexos tratados aqui, neste trabalho, dá-nos a possibilidade de clarear a riqueza da visão ontológica de Marx na sua obra em geral e particularmente em *O capital*. Antes de tudo, no caso da análise marxiana, trata-se de uma reflexão que coloca o dedo na essência dos fenômenos analisados, respeitando os pares dialéticos, de chão materialista. Fenômeno e essência só podem ser entendidos, como foi visto, na análise dialético-materialista, tendo o trabalho como protoforma do ser social. O trabalho, enquanto pôr teleológico, desencadeia leis causais a partir da realidade – a realidade posta imediatamente para a ação humana –, logo, a aparência e a essência se põem como etapas elucidativas do momento ideal, assim como se apresentam de forma específica ao ser social, que, ao contrário do ser natural, considera esse processo através da ação dos homens no mundo, da sua ação reflexiva.

A discussão sobre o fenômeno e a essência, assim como liberdade e necessidade, dá-nos a possibilidade de concretizar, ainda mais, a posição da finalidade, os pores teleológicos. E, também, de avançar na compreensão de como os homens realizam os seus projetos.

A partir destas categorias, podemos avançar em mais um liame na visão ontológica marxiana, aqui focada na sua análise econômica. Dentro deste contexto, desenvolve-se o momento ideal como resposta ao homem que pergunta e responde, pois uma resposta sempre pressupõe uma demanda. A pergunta jamais é um dado originário, mas tem de estar baseada nas

necessidades humanas; é a busca de solução para um desejo humano que deve ser realizado, pois o pôr teleológico, produzido na consciência, carece de efetivação, se não estamos diante de um mero desejo, que fica circunscrito a um estado psicológico.

Neste contexto, é a relação momento ideal e economia, o movimento material do trabalho, que, no intercâmbio orgânico com a sociedade, transforma o real em força material que abre possibilidades para o ser social. Quando olhamos para a sociedade, tudo o que percebemos pressupõe o momento ideal. A análise presente na obra marxiana pressupõe o surgimento simultâneo do momento ideal com o trabalho e a linguagem. As especificidades da humanidade mostram que as interações materiais nela são movimentadas através dos pores teleológicos e estes só podem acontecer como tentativa de transformar em realidade um fim posto idealmente.

Sendo este o pano de fundo no qual se sustenta a ontologia do momento ideal, Marx aponta para o essencial no capítulo 5 d'*O capital*, ao analisar o processo de trabalho e o processo de valorização:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2013, pp. 255-256)¹⁰

¹⁰ “E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de execução, atrai o trabalhador; portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais” (MARX, 2013, p. 256).

Aqui cabe chamar a atenção para a importância dada por Marx ao momento ideal na gênese do homem. A consciência posta de maneira não mecanicista, como espelhamento da realidade de forma dialética na mente humana, atinge autonomia fazendo análises e realizando confrontos entre os resultados obtidos e a própria realidade.¹¹

O sujeito, ao entrar em contato com o objeto, percebe-o, obtém várias informações a seu respeito. O objeto “diz” ao sujeito o que ele é. O contato com o objeto, através do trabalho, com as informações que ele transmite ao sujeito, informações das suas características, da legalidade de seu ser, inicia o processo do conhecimento. Nesse sentido, recorda-se, aqui, a relação entre pôr teleológico e percepção da realidade, conseqüentemente, sua apreensão¹². A mediação da consciência, por meio do trabalho, da cooperação e da linguagem, aparece em todos os momentos da existência da sociedade, a pressupõe, conjuntamente com a sua construção, desde o início, desde o primeiro momento. É nesse sentido que, cada vez mais, toma corpo o significado das tarefas da consciência: a análise e a síntese.

Lukács elucidada em *Para uma ontologia do ser social* como a obra de Marx, ao longo da sua construção, contribui para o desenvolvimento da teoria do conhecimento. Neste texto, enfoca-se, principalmente, estas inflexões contidas n’*O capital*. Estão presentes nas páginas da principal obra marxiana os passos ontológicos para o desvendamento do modo de produção capitalista.

¹¹ “O momento ideal só pode desempenhar esse papel nos pores teleológicos porque, nele, não só a própria finalidade é amplamente concretizada, mas também todos os caminhos reais de sua realização precisam primeiro ser fixados em pensamento antes de poderem se converter em ações prático-materiais na atividade material real do homem que executa o trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 406).

¹² “A novidade ontológica dessa interposição na gênese do ser social consiste, portanto, em que, na consciência do homem correspondente à realidade objetiva, cuja análise mais minuciosa, cuja aplicação cada vez mais diferenciada à realidade, é que possibilitam a práxis material, a realização dos pores teleológicos. Essa imagem, esse espelhamento da realidade na consciência dos homens, adquiriu, portanto, uma autonomia imediata na consciência, defronta-se com esta como objeto próprio e peculiar, mediante o qual pode surgir uma análise tão indispensável, uma comparação contínua dos seus resultados com a própria realidade. O pôr teleológico exige, desse modo, certo distanciamento da realidade por parte da consciência, um pôr da relação do homem (da consciência) com a realidade: como relação sujeito-objeto” (LUKÁCS, 2013, p. 407).

Diante das tarefas históricas colocadas no século XXI para os atores comprometidos com a transformação da sociedade e a superação da exploração do homem pelo homem, retomar a leitura, o aprendizado, o método de análise de Marx é a reafirmação da possibilidade da construção do reino da liberdade como superação do reino da necessidade. A grande noite vivida pelo movimento dos trabalhadores no mundo tem na análise marxiana o seu porto seguro para futuras passadas. A hegemonia neoliberal e sua interfase à mundialização financeira (CHESNAIS, 1996; 1998; 2005) não constituem um poder absoluto – toda dominação tem início e fim, a história é rica no desvendamento das contradições, pois só se ilude com o processo histórico quem não o conhece de forma concreta. Para além do empirismo que se contenta com o controle dos fenômenos sociais, existe a análise concreta de situações concretas, que busca as causas dos fenômenos, determinando os seus componentes constitutivos.

O processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana como um processo que, operando-se em condições histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com elas, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações mútuas, isto é, sua determinada formação socioeconômica. A totalidade dessa relação, que os portadores dessa produção estabelecem com a natureza e entre si, relações nas quais eles produzem, é justamente a sociedade, considerada em sua estrutura econômica. Como todos os processos de produção antecedentes, a produção capitalista está submetida a determinadas condições materiais que, no entanto, contêm em si relações determinadas que os indivíduos estabelecem no processo de reprodução da vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado, pressupostos e, por outro, resultados e criações do processo de produção do capitalismo, que os produz e reproduz. (MARX, 2017, p. 881)

Logo, o capitalismo não é natural e eterno, e sim, um modo de produção histórico: “A sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de

mudança” (MARX, 2017, p. 80). Marx nos legou ensinamentos e um método de investigação revolucionários:

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua forma racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário padecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida do fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária. (MARX, 2017, p. 91)

A ação dos homens, mesmo quando alguns deles conseguem cumprir as suas finalidades, produz resultados que, tendencialmente, são algo diverso da sua prévia ideia inicial. Esta discrepância interna quanto aos pores teleológicos e as suas consequências causais aumenta com o desenvolvimento social, com a intensificação das atividades humanas. A história mostra, porém, que precisamente nas mudanças sociais – nas revoluções – foi bastante importante o fator subjetivo: o momento ideal. Sendo assim, o processo em-si não tem uma finalidade *a priori*. Por isso, o seu desenvolvimento no sentido acima indicado – na construção do gênero humano – contém a ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado.

Faz parte desta discussão a rica problemática da consciência em-si e para-si e todas as mediações que tal fenômeno mantém com o próprio movimento social¹³. Pretendo enfrentar esta etapa na minha atual pesquisa sobre a teoria do valor-trabalho e o movimento dos trabalhadores e que foi inspirada nas questões ontológicas levantadas pelo filósofo húngaro nas suas investigações sobre a ontologia e o momento ideal. Futuras passadas na lógica do mundo do trabalho.

¹³ Lukács, ao longo da sua trajetória de intelectual, engajado nas lutas sociais de seu tempo, discutiu estas questões, inclusive a sua mudança de posição com relação à consciência imanente - postura assumida no famoso livro História e consciência de classe - e à consciência introjetada, relacionada com a produção científica do saber; assim como sua relação ontológica com a ideologia. Sobre esses temas, ver “Posfácio autocrítico de 1967” de Lukács (1974, pp. 349-378). Ver, também, Vaisman (1999, pp. 399-444).

7. Momento ideal e momento real

A decisão alternativa que está no processo da produção da sociedade, juntamente com o ato de construção da vida, é a realização dos projetos humanos. O homem, ao decidir-se sobre qualquer ato concreto, avalia; e esta avaliação está subsumida às necessidades sociais reais. Nesta forma de abordagem está descartada a ideia de uma liberdade absoluta, sem liames sociais com as necessidades humanas. Responder às necessidades é, para o homem, realizar os seus projetos. A liberdade expressa-se na possibilidade de escolha que o homem tem ao procurar o caminho para realizá-la. A escolha está limitada entre alternativas reais que obedecem à lógica do real.

Esta questão coloca as categorias *valor* e *dever-ser*. Só o ser social conhece essas duas categorias. A natureza, ao contrário, não as conhece. As mudanças na natureza inorgânica não têm relação com essas categorias. E, na natureza orgânica, o êxito ou o fracasso não avançam – ontologicamente – além do momento de ser-de-outro modo.

Somente a efetivação do ser-para-nós faz com que possam existir valores; mesmo que existam formas mais elevadas – mais espirituais –, isso não elimina o significado dessa gênese ontológica. Igualmente é o processo do dever-ser, que se põe como um comportamento do homem determinado por finalidades sociais.

Enfim, fundamentalmente para o trabalho, é que nele, não apenas os movimentos, mas também os homens que o realizam, devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente, uma vez que todo movimento é submetido a um dever-ser.

Contrariamente às posturas que se utilizam dos métodos gnosiológico-lógicos, aqui busca-se uma ontologia do ser social a partir do sujeito que põe; procuramos entender o processo global do trabalho e os pores teleológicos, vistos como o momento ideal.

O sujeito que põe realiza o ato teleológico, mas sem poder ver todos os condicionamentos da própria atividade e seus desdobramentos. Há várias

ocasiões nas quais é inegável que os homens ajam, mesmo que eles tenham consciência de que não controlam senão uma pequena parte das circunstâncias. Mesmo assim, eles contam com a possibilidade de realizar suas atividades, já que o carecimento existe objetivamente e tem de ser satisfeito – e o trabalho cria as possibilidades de sua efetivação –, pois o trabalho é um ato consciente de pôr e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto – ainda que nunca perfeito – dos fins e dos meios de seu próprio processo.

Todo esse processo funda-se na novidade ontológica da autonomia da imagem no movimento cognoscitivo. Chamamos atenção para essa colocação do filósofo húngaro acerca do conhecimento: para ele, na gênese do entendimento do ser social, está o pressuposto da existência do momento ideal, e este, por sua vez, apresenta-se a partir da novidade ontológica – só explicitada nesses termos, de forma não mecanicista – do espelhamento da realidade, da autonomia da imagem na consciência do homem.

Na consciência do homem surge uma imagem que corresponde à realidade objetiva. E são apenas a *análise* e a *síntese* (atividades da consciência) atentas dessa imagem, e a sua aplicação de forma cada vez melhor à realidade, que tornam possível à práxis material a realização das posições teleológicas. Na relação trabalho e conhecimento é importante a crescente autonomização das atividades preparatórias – a separação (sempre relativa) entre conhecimento e as finalidades e os meios. Logo, quanto mais universal e autônomo torna-se o conhecimento, tanto mais universal e perfeito torna-se o trabalho¹⁴.

¹⁴ Trata-se do processo de abstração que, na lógica aqui apresentada, evidencia “a presença da crítica ontológica como ferramenta da investigação da escavação de abstrações”. Esta postura “afasta o método marxiano das generalizações indutivas”. Consequentemente, o caráter das abstrações é “resultado da investigação e matéria-prima da exposição. Lembremos que se trata aqui de universais efetivos. O conhecimento ontologicamente fundado deve reproduzir o processo efetivo da abstração que se dá no âmbito da realidade social, independentemente dessa abstração ter sido realizada também pela consciência. A abstração, portanto, não é uma criação da mente do investigador, mas sim um fato tão real quanto os da imediaticidade fenomênica” (GUIMARÃES, 1996, p. 5).

Portanto, o pôr teleológico guarda um dado distanciamento da consciência em relação à realidade (distanciamento também relativo). Isto é, a relação de conhecimento do homem com a realidade, entendida aqui no seu sentido ontológico, é sempre uma relação sujeito-objeto.

O momento ideal pode ter este papel nos pores teleológicos, não somente porque naqueles a posição mesma do fim – através do processo acima descrito – é amplamente concretizada. Mas, além disso, porque todos os momentos reais para transformá-la em realidade devem ser fixados no pensamento antes de poderem tornar-se ações prático-materiais na atividade real material dos homens que realizam trabalho.

Nesse sentido, a ontologia do momento ideal revela-se em toda a sua especificidade. O conhecimento, em geral, separa com nitidez o ser-em-si, objetivamente existente (dos objetos), por um lado e, por outro, o ser-para-nós do produto, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo de conhecimento. Esse processo, para Lukács, distingue-se a partir das objetividades e das objetivações.

As objetividades se colocam a partir da natureza; formam, enquanto tais, a base da troca orgânica da sociedade com esta. Gradativamente, o ser-em-si é transformado no trabalho em um para-nós. Já a objetivação – categoria fundamental do ser social – representa um ente realmente objetivado e de consequências realmente objetivas para o ser social. Para Lukács, qualquer práxis social, invariavelmente, revela uma atividade de sujeitos sociais que atuam sobre um mundo objetivo – objetivando-o e, ao mesmo tempo, transformando o seu ser (o ser de sujeitos que põem objetivações).

A linguagem, por isso, não é uma imagem real das objetividades, mas é, ao mesmo tempo, sua objetivação na consciência.

Os pores teleológicos expressam todas as relações humanas, desde o trabalho e a linguagem, até as objetivações do mais alto valor. É a partir delas que entendemos o conhecimento humano. A relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do ser humano, é uma inter-relação entre o sujeito e o objeto

– e vice-versa –, na qual nenhuma das duas componentes podem ser vistas separadamente. Cada ato da objetivação do objeto da práxis é, ao mesmo tempo, um ato de alienação. Ontologicamente, objetivação e alienação se põem como uma relação histórica e contínua. O ser social vive sempre uma relação de interação com a natureza e com o mundo social criado por ele; essa interação concretiza-se em cada ato de objetivação do objeto da práxis. O par dialético alienação-objetivação mantém uma relação histórica em contínua mudança. Forma um processo ontológico unitário, “no qual simultaneamente sucede a socialização da sociedade, a aproximação da humanidade a uma generidade real no sentido do existente em si e o desdobramento da individualidade humana” (LUKÁCS, 2013, p. 424).

Nesse processo ontológico unitário verificam-se conjuntamente objetivação e alienação, promovendo o socializar-se da sociedade, o seu dirigir-se a uma generidade real, no sentido da essência em-si e o crescimento dos indivíduos, na realização da mediação gênero e indivíduo.

O homem deixa a condição de ser natural (através do recuo da barreira natural, sem, contudo, desvincular-se dela) para tornar-se pessoa humana – transformando-se, de espécie animal que alcançou determinado grau de desenvolvimento, em pessoa humana, o gênero humano.

8. Considerações finais

Marx ensina no conjunto da sua obra, e marcadamente n’*O capital*, as mediações da dialética da particularidade. Na viagem do universal, que retira a mudez da singularidade e chega à particularidade como o universal determinado, realiza-se a viagem de retorno na concreção da análise na dialética materialista. Nesta rica trajetória encontram-se os pares dialéticos da ontologia e ser social, como o corpo inorgânico e orgânico do homem no recuo da barreira natural, como salto para a criação da sociedade como associação de homens. Trabalho, cooperação e divisão do trabalho estão

presentes na transformação do macaco em homem, sendo a consciência o momento separatório entre animal e homem.

Teleologia e causalidade na relação dos homens com o ser natural como apropriação, portanto, propriedade da natureza, como fonte potencial de todos os valores de uso. Propriedade como apropriação e diferente de propriedade privada advinda da luta de classes substantivada na exploração do homem pelo homem. Luta de classes subsumida ao reino da necessidade; na pena marxiana, como pré-história da humanidade. Os pares dialéticos reino da necessidade e reino da liberdade só conseguirão conhecer a superação do primeiro e a realização do segundo quando os homens forem liberados da escravidão do trabalho mecânico.

O reino da liberdade só poderá ser edificado com os agentes sociais decidindo a forma como se produz e reproduz a existência e não sendo comandados pelo modo de produção. Os modos de produção da pré-história da humanidade: comunismo primitivo, asiático ou hidráulico, escravista, feudal, capitalista e as formas dominadas pela lógica do capital na tentativa de ir além do capitalismo não puderam superar o reino da necessidade. Desta forma, os pores teleológicos primários e secundários revelaram as formas da ideologia ampla e restrita lukacsiana: ideologia como função social para dirimir os conflitos antagônicos na luta de classes, desde as organizações gentílicas, chegando às formas mais desenvolvidas, com as classes sociais e a mediação estatal.

O século XXI carregou as mazelas do século anterior, mas não consegue anular os homens como construtores de outros caminhos para além da lógica do capital. Teoria e prática se unem na práxis. A longa noite da hegemonia do capitalismo monopolista cria dialeticamente o seu contrário. A história não é linear, há tempos que cem anos valem por dez, mas há tempos que dez anos valem por cem. Só não entende a dinâmica da história, seus fluxos e refluxos, quem não conhece essa ciência. Os processos históricos conhecem início, meio e fim. Não é o fim da história o capitalismo, tampouco este sistema é natural e eterno. Não será de forma espontânea que

se transita para o reino da liberdade, mas através da organização das forças sociais de transição, iluminadas na sua prática pela ciência. Práxis na transformação da realidade. Práxis superadora. Caminho construído neste texto na esteira de Marx como pensador da práxis e na análise de Lukács como continuador das batalhas teóricas e práticas do século XX. O século XXI é herdeiro de uma tradição que não se cala. O irracionalismo, criticado por Lukács, estampado nas posições niilistas, fracassou na defesa da morte do sujeito. O pensamento de Marx está vivo, novas contribuições estão sendo escritas, publicadas e praticadas ao redor do mundo.

Referências

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GUIMARÃES, André Augusto. "Ontologia e crítica: o método de Marx". In: *Anais do 1º Encontro Nacional de Economia Clássica e Política*. 5-8 de junho de 1996, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5.
- LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo. Alfa Omega, 1979.
- LUKÁCS, György. "Posfácio autocrítico de 1967". In: *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- _____. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH, 1979.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social, II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio (org.) *Economia brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.
- MARX, Karl. "Para a crítica da economia". In: *Marx. Coleção "Os economistas"*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 1-32.
- _____. *O capital, livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital, livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O capital, livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- VAISMAN, Ester. "A ideologia e sua determinação ontológica", *Revista Ensaio*, n. 17/18, São Paulo, Editora Ensaio, 1989.